

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO XV



COIMBRA/1975

existe hoy un problema racial tan agudo como en algunas partes de los Estados Unidos...» (p. 183).

Outro ponto que encaramos com reserva é a relação que o Prof. Urbanski, seguindo Madariaga, pretende estabelecer entre «ambiente católico» e «ideologia marxista» (p. 242). Tudo depende do que se deva entender por «ambiente católico», aliás variável de país para país, sobre uma base comum de crenças. Em relação à Hispano-América, talvez seja de considerar a afirmação do mesmo Madariaga: «la religion se observa allá más como rito, que como fe o disciplina moral» (p. 242; cfr. p. 295). Mas pensamos que a questão é mais complexa e que há outros factores a ter em conta.

O volume é valorizado por alguns mapas úteis e termina com uma bibliografia escolhida, quadros estatísticos e índices.

L. F. DE A.

Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas. Volume II (Historia Medieval). Universidad de Santiago de Compostela — Secretariado de Publicaciones. Santiago de Compostela, 1975. 362 pp.

As comunicações apresentadas nas I Jornadas de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas que se realizaram na Universidade de Santiago de Compostela, de 24 a 27 de Abril de 1973, deram lugar, até ao presente momento, a dois volumes de Actas — o primeiro sobre Pré-História e História Antiga e o segundo concernente à História Medieval.

Cabe-nos dar uma panorâmica do saber condensado no segundo volume das Actas saídas com um certo atraso, em Abril de 1975, atraso esse explicado no prefácio por um dos orientadores das Jornadas, António Eiras Roei. Este professor, apontando, ainda, as diversas concepções de História e a sua contribuição para o desenvolvimento desta ciência, salienta que os objectivos da década de setenta, quanto a este ramo do saber são a quantificação, a interdisciplinaridade e a planificação do trabalho. Na verdade estas Jornadas mostraram-se fiéis

a estes modernos critérios, procurando, sempre de uma forma metodológica, abrir sendas e explorar caminhos, nos diversos campos que aí se abordaram.

Foram desenvolvidos quatro grandes temas — a economia rural medieval, os senhorios: bases territoriais, níveis de rendas e marcos jurisdicionais, tensões sociais nos séculos XIV e XV, o comércio inter-comarcal e inter-regional na Idade Média — em várias comunicações da autoria de professores peninsulares e de alguns outros países europeus.

Matizando a grande problemática da economia rural foram apresentados nove temas do mais alto interesse. J. A. García de Cortázar y Ruiz de Aguirre abre este ciclo com um ótimo trabalho, essencialmente teórico e didático, sobre a análise histórica de base regional da economia rural medieval. Dividindo, metodologicamente, uma região em quatro períodos cronológicos (séculos VIII-IX; séculos IX-X; século XI-fins do século XIII ; séculos XIV-XV) vai procurar responder dentro desses marcos, e sempre no contexto regional, a três questões : a evolução da paisagem agrária; a distribuição do poder e as alterações do mesmo, sobretudo no que se refere às formas de exploração; o mecanismo da criação de rendas e, caso exista, a conversão destas em outros sectores da economia regional e extra-regional. A problemática levantada em cada época cronológica sobre todos estes pontos básicos é tão densa e sugestiva que não se nos oferece outro comentário salvo uma viva recomendação da leitura deste artigo, que julgamos imprescindível, a todos os historiadores interessados nesta matéria.

O professor Ruiz Domenec apresentou um estudo sobre a família campesina catalã no século XI. Chamando a atenção para as fontes a utilizar — arqueológicas (até agora bastante desprezadas) e documentais — o autor vai remontar o seu estudo aos séculos VIII-IX. Conclui que, como hipótese de trabalho, se pode admitir serem cognáticas, portanto bastante amplas, as estruturas familiares campesinas alto-medievais da Catalunha. Mas, ao longo da segunda metade do século X e por todo o século XI, devido a um aumento demográfico e à falta de terra, vai-se evoluindo para uma contextura de família mais simples, até se atingir o tipo de estrutura familiar agnática, se bem que em certas zonas estas formas mais avançadas fossem coexistindo com outras ainda arcaicas. No quadro da família campesina catalã do século XI, caracterizada então pelo agnatismo, a mulher não nos surge marginalizada, mas intervém com o marido em muitas transacções e nunca está dissociada das actividades do campo.

Os traços económicos da diocese de Zamora (séculos XII-XIII) foram abordados, em sintética mas incisiva comunicação do professor J. Luís Martín, com o estudo dos dízimos eclesiásticos pagos à Sé. Explora a origem dos dízimos e as razões da sua imposição; as pessoas e produtos afectados; a condição dos beneficiários e os modos de distribuição; e o valor económico dos mesmos, sendo os dados particularmente abundantes sobre o primeiro e terceiro aspectos, não se conseguindo, todavia, um balanço suficientemente expressivo do valor económico dos dízimos.

Dois trabalhos se podem aproximar pela similitude das temáticas — o dos professores M.^a C. Pallares Méndez e E. Portela Silva com o de S. Jiménez Gómez. Incidem ambos sobre a terminologia agrária na Galiza, focando os primeiros a nomenclatura das explorações rústicas dessa província nos séculos IX a XII e o segundo particularizando a região lucense no século XIII, nos seus múltiplos aspectos de formas de propriedade, natureza do terreno e técnicas agrícolas. Dentre as unidades agrícolas citadas no primeiro trabalho, mereceu particular relevo a *villa* cuja problemática é complexa, mas que os autores souberam encarar sob as suas várias facetas. O duplo processo de fragmentação da *v/7/û*-exploração e unificação das *v///tff*-aldeias pareceu-nos elucidativo e comum ao nosso país. Aquela fragmentação deu origem a outras unidades agrárias, também por nós conhecidas, os *villares* e casais que os autores tentam, do mesmo modo, analisar. Saliente-se, aliás, quer na forma da propriedade, quer no cultivo da terra e técnicas utilizadas, a extraordinária similitude entre a Galiza e o Norte de Portugal. A nossa documentação, salvo algumas pequenas excepções, utiliza a terminologia citada nestes estudos, demonstrando uma continuidade da paisagem agrícola entre aquela província e o Minho.

Sobre Portugal, estudando as regiões de Coimbra e Lisboa, foram apresentados, respectivamente, os trabalhos de Gérard Pradalié e o de M. J. Lagos Trindade e J. Gaspar. Pradalié, grande especialista em história urbana, dedica-se no presente momento à cidade de Coimbra. Por isso se nos afigura importante este seu estudo sobre a zona rural à volta da cidade no século XII, pois que evidencia, algo por vezes esquecido, como a relação entre a cidade e o campo. Equacionando as relações recíprocas entre reconquista e colonização, o autor aponta, no perímetro urbano, três zonas: uma a Norte do Mondego, zona mais defendida dos ataques muçulmanos e portanto de ocupação mais antiga; outra a Sul do mesmo rio, com uma primeira vaga de ocupação que se apercebe depois da reconquista, em 1064; por fim, nos arredores da

cidade, há dois momentos de ocupação começando as culturas, no fim do século XI, às portas da cidade e, depois de 1120, estendendo-se em todas as direcções. Detém-se, em seguida, sobre as culturas conimbricenses — primeiro o trigo e cereais secundários, depois a vinha e a oliveira, produtos estes que vão ser típicos da região mesmo em épocas posteriores, como os séculos XIII e XIV. O estudo da difusão da oliveira, a partir da cidade para os campos vizinhos, é um exemplo concreto, que o autor bem sublinha, do papel de um centro urbano na história rural de uma região.

No estudo sobre a cidade de Lisboa procura focar-se, essencialmente, o hinterland rural. Aplicam os seus autores a teoria clássica de von Thünen à análise do espaço agrícola à volta da cidade, verificando que ela se confirma no essencial. Assim, em anéis concêntricos à roda de Lisboa proliferam as culturas ísegundo a sua proximidade, hortas, vinhas e cereais) que vão abastecer o mercado citadino. À medida que o aglomerado urbano cresce estes anéis vão-se, como é óbvio, progressivamente afastando.

Interessou-nos, particularmente, o trabalho de A. Collantes de Terán Sánchez sobre uma exploração agrária baixo-medieval, já que se trata de uma propriedade detida por um laico não nobre, o que não é muito normal ver-se estudado por falta de dados. Para além disso, se bem que o período cronológico não seja muito longo (1358-1366), os elementos sobre a vida agrícola (e é só essa que o autor estuda no artigo, embora a fonte lhe permita analisar outros aspectos, como ele próprio afirma) são abundantes e de importância capital. Visualizamos, devido à riqueza da notícia, mas também a um excelente trabalho interpretativo do autor, toda a laboração de uma exploração agrícola em plena segunda metade do século XIV, desde as suas propriedades, culturas e trabalho até à sua produção e rendimento. Raramente estes dados se conjugam numa fonte, pois de outro modo a história do mundo rural medieval seria bem mais atraente de fazer e mais sugestiva nos seus resultados.

O ciclo da economia rural medieval termina com o trabalho de M. González Jiménez sobre a propriedade adquirida pela «Universidad de Beneficiados» de Carmona, desde 1321 a 1477, com muito interesse no contexto da história regional.

O grupo temático sobre os senhorios consta de oito trabalhos. A comunicação de Salvador Moxó é uma verdadeira introdução ao tema, apresentando-se nela uma orientação metodológica para o estudo

complexo dos senhorios. O autor insiste na diversificação das fontes a utilizar (pois que, escasseando os dados, eles devem-se respigar em todo o lado) e na conveniência de utilizar uma terminologia própria. Em seguida, abrindo perspectivas ao desenvolvimento do tema, salienta a necessidade de uma definição da época de constituição do senhorio, da exploração das suas bases territoriais, da delimitação dos seus marcos jurisdicionais e do estudo das rendas de vária índole auferidas pelo possessor do senhorio, detendo-se sempre na esquematização de cada uma destas alíneas.

Perspectivas múltiplas sobre os senhorios são-nos dadas em estudos subsequentes. Assim, J. Mattoso oferece-nos uma panorâmica dos senhorios monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII. Esta formação dos senhorios dos mosteiros beneditinos do Norte de Portugal respondia aos interesses régios e aos das próprias instituições. O rei, de 1128 a 1150, passa cartas de couto para assegurar a administração do país, já que o seu objectivo primordial era a guerra com o infiel; depois de 1150 essas cartas escasseiam e as que existem tinham por fim o repovoamento de Portugal. Os mosteiros detentores de senhorios obtinham então privilégios jurisdicionais ficando «mais aptos a reter e enquadrar uma mão de obra instável» por um lado e podiam, por outro, arrecadar moeda devido à sua faculdade de cobrar portagens e peagens, exactamente no momento em que começava a circular a moeda metálica e despertavam os interesses pelas relações comerciais. A partir do século XIII há mudanças socio-económicas consideráveis que vão no sentido de uma economia de produção, tendo os mosteiros procurado adaptar-se a ela passando a exercerem uma autoridade directa dentro dos senhorios e a não a delegarem na família patronal. Apesar deste expediente e ainda do aumento de tributos senhoriais, os abades não conseguem obviar à diminuição do rendimento da exploração directa e os mosteiros beneditinos do Norte de Portugal não conseguem adaptar-se a esse novo tipo de economia.

Os senhorios nobres foram objecto de interessantes trabalhos como o de Charles-Laurent Salch que se detém sobre os castelos alsacianos da Baixa Idade Média, orientando o seu estudo sobre bases e em direcções muito interessantes. Partindo da descoberta numa escavação arqueológica, em 1966, de um forno para cozer cerâmica no castelo de Grand-Geroldseck, o autor procurou estudar a difusão da mesma, verificando que ela se propagou pelas aldeias do senhorio e mesmo em algumas do exterior. O senhorio parecia pois deter o monopólio daquela

produção (o primeiro período de uso do forno seria do fim do século XIV ao começo do século XV) o que concordava bem com o aumento da pressão senhorial sobre os camponeses nos séculos XIV e XV. Duas forjas e um forno de pão descobertos em outros castelos alsacianos atestam o direito de «ban» do senhor, pois que, como diz o autor, «não era pois possível aproximar a aldeia do castelo senão pela obrigação de aí fazer cozer o pão, forjar os utensílios, ferrar as bestas, eventualmente comprar cerâmica e procurar a justiça». Destaque-se de todo este trabalho a importância da Arqueologia nos estudos históricos que aqui nos elucida sobre os monopólios conseguidos pelos senhores dos castelos alsacianos dos séculos XIV e XV, fulcros de uma nova pressão sobre os camponeses e geradores, em contrapartida, de uma nova renda para a classe nobre empobrecida.

É ainda a situação dos camponeses num senhorio alsaciano que Danielle Fevre nos procura dar ao estudar o «officium» (os senhorios estavam divididos em «officia») de Ensisheim pertença dos Habsburgos. Apoiada em bons quadros gráficos a autora vai correlacionar os pagamentos dos três impostos exigidos às várias aldeias: o direito de aposentadoria («Herberge»), o direito de administração e de baixa justiça («Twing und Bann») e um imposto anual que variava conforme as rendas da aldeia («Stüre»). A entrega de géneros ou moeda permite-lhe equacionar o problema da transformação das rendas e a sobrecarga de todos os impostos sobre uma aldeia, ou apenas alguns, leva a autora a concluir que, no caso de cedência de um direito por parte dos Habsburgos a outra família, aqueles procuravam recobrar as rendas sob a forma de outro imposto pelo que a multiplicação de senhores só vinha piorar a situação do campesinato.

Dois estudos monográficos focando senhorios nobres são-nos apresentados por Maria Concepción Quintanilla Raso que estuda a Casa de Benavides nos seus diversos aspectos de formação de domínio senhorial, exploração do mesmo e fontes de rendimento e pelo trabalho de E. Cabrera Muñoz que se detém no senhorio de Gahete e Hinojosa, pertença do mestre de Alcântara Gutierre de Sotomayor particularizando o modo de formação do senhorio e a localização geográfica do mesmo.

Os direitos de justiça senhoriais ou a justiça real que sobre eles impedia foram ainda questões debatidas. J.-L. Bermejo Cabrero trata essencialmente de analisar o direito de justiça maior que o rei possuía sobre todos os senhorios, no intuito de limitar a jurisdição

senhorial. O rei directamente, ou nomeando pessoas para tal efeito, intervinha em casos de «mengua de justicia» que abrangiam a negação de justiça por parte dos tribunais senhoriais, os delitos cometidos pelo senhor, graves alterações da ordem pública e conflitos entre os diversos senhorios. J. I. Ruiz de la Peña propôs-se estudar os quadros senhoriais da mitra ovetense ao tempo do episcopado de Gutierre de Toledo (1377-1389). Enquadra geograficamente esse vasto senhorio e procura em seguida centrar-se nas prerrogativas senhoriais que a mitra exercia nos seus territórios, quais os oficiais que representavam a autoridade senhorial e faziam executar as suas ordens, não deixando de individualizar a situação dos vassallos dos senhorios da mitra, face aos poderes senhoriais.

Ao longo de seis trabalhos é desenvolvido o grande tema das tensões sociais dos séculos XIV e XV. J. Valdéon Baruque abre a temática com uma importante comunicação em que problematiza os seus possíveis modos de abordagem. Começa por situar o problema das tensões sociais dos séculos XIV e XV nos reinos hispânicos, e depois de justificar o tema, enquadra-o nas coordenadas mais amplas das estruturas da sociedade. Num estrito intuito metodológico, aliás inteiramente cumprido, analisa em seguida os diversos critérios em que se podem agrupar essas tensões — critério cronológico, geo-político e tipológico — dando exemplos e apresentando as vantagens de cada um deles. Passando ao método específico de estudo das tensões sociais chama a atenção para os diversos tipos de fontes a utilizar e para a dinâmica própria do desenvolvimento destes conflitos. O esquema que apresenta sob este último aspecto é exaustivo de interrogações e abundante em hipóteses que todo o historiador deve ter em mente ao estudar um caso concreto tentando responder a todas elas, embora em muitos casos, como o autor diz, seja extremamente difícil.

A particularização deste tema geral será objecto de outros trabalhos. E. Mitre Fernández detém-se no aproveitamento de uma fonte — os cadernos de cortes castelhano-leoneses (1390-1407) — para o estudo, ainda que parcial, das tensões existentes na sociedade de Castela em fins da Idade Média. O caso concreto de um conflito social, o «movimiento hermandino» é-nos apresentado nos trabalhos de A. Rodríguez González e J. I. Gutiérrez Nieto. O primeiro propondo-se estudar as fontes deste conflito galego de 1467, parece-nos ir mais longe. Para além de referir as fontes literárias e documentais a utilizar, expõe-nos ainda o relevo dado a este movimento dentro da historiografia

espanhola e galega e lança inúmeras interrogações sobre os tópicos gerais a desenvolver para o estudo do problema nas suas causas e fins, organização e factores políticos e religiosos nele intervenientes. O segundo autor dá mais uma achega para o estudo do movimento «hermandino» galego, desta vez singularizando um dos seus aspectos — a ligação da «Santa Hirmandade» galega com a «Santa Hermandade» criada em Castela e, mais latamente, com todo o movimento associativo que se desenvolveu no reinado de Henrique IV.

O estudo específico de um estrato social aparece-nos desenvolvido por J. García Oro para o caso concreto na nobreza galega no século XV. Ao mostrar a evolução da nobreza galega saltam à vista as tensões sociais existentes nessa região. A nobreza condal cederá lugar à nova nobreza dos cavaleiros até que esta ficará aniquilada pelos funcionários régios ao tempo dos Reis Católicos, sendo esta dinâmica geradora de conflitos. A nobreza galega dos cavaleiros terá pois que extrapolar a sua acção do quadro regional e lançar-se nas empresas ultramarinas. Jacqueline Guiral ao tratar da assistência aos pobres em Valência (1238-século XVI), elucida-nos sobre os deserdados neste contexto regional. Tenta analisar os diversos graus deste estrato ínfimo da sociedade, concluindo que até ao século XIV, na região valenciana, há apenas casos individuais de pobreza, não nos aparecendo uma pobreza estrutural como no século XVI, a qual se vem a formar desde finais de Trezentos. Os meios para obviar a esse mal são, em Valência, a assistência nos hospitais e socorros ao domicílio ou donativos no âmbito das paróquias.

O último grande tema diz respeito ao comércio inter-comarcal e inter-regional na Idade Média, tendo sido apresentadas duas comunicações. J. Gautier Dalche surge-nos com um interessante trabalho sobre o comércio medieval à escala local, regional e inter-regional nos seus aspectos gerais e concretizando-o em seguida com as regiões da coroa de Castela. Como introdução ao seu estudo cita alguns postulados extraídos da obra do polaco Witold Kula onde o problema do mercado no sistema feudal é amplamente focado, quanto à sua natureza, papel e funcionamento específico. Põe em seguida a questão das múltiplas fontes a utilizar e o seu aproveitamento específico para o estudo do mercado interno, consoante o tema é desenvolvido por especialistas no contexto da história rural, urbana, ou até no domínio do direito. Segundo o autor a existência de trocas pressupõe alguns ou mesmo a totalidade de certos elementos, como uma produção excedente, uma procura de bens, meios de troca (moeda), uma infraestrutura em que se

apoie (vias de comunicação, meios de transporte, mercados e feiras), um grupo de homens especializados no comércio, para além de outros factores que se podem considerar «exteriores» (criação ou aparição de «pólos de atracção», aparecimento de necessidades «sociais» por parte de uma classe, hábitos alimentares ou exigências religiosas, acção dos poderes locais e centrais sobre o comércio e um estado de agitação com guerras ou tumultos). Partindo destas premissas gerais o autor exemplifica o comércio local, regional e inter-regional nas regiões da coroa de Castela num bom estudo paradigmático para outras zonas. Do caso particular e considerações gerais ressalta vivamente a importância do comércio interno na história medieval «como reflexo e agente da transformação das estruturas» sendo «o elemento que permite provavelmente melhor apreciar o nível das forças produtivas, o estágio atingido pela divisão do trabalho, o jogo das relações entre produtores directos do campo, senhores do solo e artesãos». A última comunicação de A. J. Martin Duque descreve-nos a rica fonte dos registos de portagens do reino de Navarra no século XIV que desde logo sugere interessantes tópicos sobre facetas várias do comércio.

O balanço final desta obra parece-nos altamente positivo, em particular no que concerne às modernas perspectivas historiográficas de encarar velhos mas cruciais problemas da história medieval que se nos apresentam com uma outra amplitude, clareza e relevância no curso do evoluir humano.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO — *Uma estimativa da população portuguesa em 1640*. Lisboa, 1975. Separata de «Memórias da Academia das Ciências», volume XVI, pp. 213-303. Lisboa, 1975.

A já longa bibliografia do Doutor Joaquim Veríssimo Serrão acaba de ser acrescentada por diversos trabalhos, dos quais destacamos, para esta nota, o que diz respeito à demografia histórica ⁽¹⁾. As

C¹) Referimo-nos apenas às publicações aparecidas desde 1975. Não é a primeira vez que o autor se debruça sobre a história da população portuguesa.